

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
GOIANO – CAMPUS RIO VERDE  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM FORMAÇÃO  
DE PROFESSORES E PRÁTICAS EDUCATIVAS

**O APRENDIZADO EM TEMPOS DE PANDEMIA EM  
UMA ESCOLA PÚBLICA, DESAFIOS E POSSIBILIDA-  
DES: UM ESTUDO DE CASO**

Autora: Alenícia Ferreira da Silva Veloso  
Orientador: Prof. Dr. Calixto Júnior de Souza

RIO VERDE – GO  
Outubro – 2021

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
GOIANO – CAMPUS RIO VERDE  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM FORMAÇÃO  
DE PROFESSORES E PRÁTICAS EDUCATIVAS

**O APRENDIZADO EM TEMPOS DE PANDEMIA EM  
UMA ESCOLA PÚBLICA, DESAFIOS E POSSIBILIDA-  
DES: UM ESTUDO DE CASO**

Autora: Alenícia Ferreira da Silva Veloso  
Orientador: Prof. Dr. Calixto Júnior de Souza

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte das exigências para obtenção do título de Especialista em Formação de Professores e Práticas Educativas no Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Formação de Professores e Práticas Educativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Rio Verde.

RIO VERDE – GO  
Outubro – 2021

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP  
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
**Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano**

V443a Veloso, Alenícia Ferreira da Silva  
O aprendizado em tempos de pandemia em uma escola pública, desafios e possibilidades: um estudo de caso/Alenícia Ferreira da Silva Veloso; orientador Calixto Júnior de Souza. --, 2021.  
23 p.

TCC (Graduação em Especialização em Formação de Professores e Práticas Educativas) -- Instituto Federal Goiano, Campus Rio Verde, 2021.

1. Mediação da aprendizagem. 2. Inclusão escolar. 3. Acompanhamento escolar. I. Souza, Calixto Júnior de, orient. II. Título.

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

**IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA**

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Tese                                   | <input type="checkbox"/> Artigo Científico              |
| <input type="checkbox"/> Dissertação                            | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro              |
| <input checked="" type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro                          |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação                        | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo:  |   |

Nome Completo do Autor: Alenícia Ferreira da Silva Veloso

Matrícula: 2019202302360032

Título do Trabalho: O aprendizado em tempos de pandemia em uma escola pública, desafios e possibilidades: um estudo de caso

**Restrições de Acesso ao Documento**

Documento confidencial:  Não  Sim, justifique: \_\_\_\_\_

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 10/12/2021

O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não

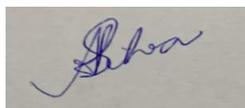
O documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

**DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA**

O/A referido/a autor/a declara que:

1. O documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
2. Obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
3. Cumprir quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Rio Verde, 07/10/2021



Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 8/2021 - SAPNE-RV/DE-RV/CMPRV/IFGOIANO

## PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

### ATA Nº 20

### BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte um, às 9h (nove horas), reuniram-se os componentes da banca examinadora em sessão pública realizada por videoconferência, para procederem a avaliação da defesa de Trabalho de Curso, em nível de Especialização, de autoria de **Alenícia Ferreira da Silva Veloso**, discente do Programa de Pós-Graduação em *Lato Sensu* em Formação de Professores e Práticas Educativas do Instituto Federal Goiano - Campus Rio Verde. A sessão foi aberta pelo presidente da Banca Examinadora, Prof. Dr. Calixto Júnior de Souza, que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra, a seguir, foi concedida o autor para, em 20 minutos, proceder à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu o examinado, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se a avaliação da defesa. Tendo-se em vista as normas que regulamentam o Programa de Pós-Graduação em *Lato Sensu* em Formação de Professores e Práticas Educativas, e procedidas às correções recomendadas, o Trabalho de Curso foi **APROVADO**, cujo título continua intitulado como "PRÁTICAS INCLUSIVAS COMO MEDIADORA DO APRENDIZADO EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM ESTUDO DE CASO", considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **Especialista em Formação de Professores e Práticas Educativas** pelo Instituto Federal Goiano - Campus Rio Verde. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega na secretaria do Pós-Graduação em *Lato Sensu* em Formação de Professores e Práticas Educativas do Instituto Federal Goiano - Campus Rio Verde da versão definitiva do Trabalho de Curso, com as devidas correções. Assim sendo, a defesa perderá a validade se não cumprida essa condição, em até **60 (sessenta) dias** da sua ocorrência. A Banca Examinadora recomendou a publicação dos artigos científicos oriundos desse Trabalho de Curso em periódicos após procedida as modificações sugeridas. Cumpridas as formalidades da pauta, a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de Trabalho de Curso, e para constar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, será assinada eletronicamente pelos membros da Banca Examinadora.

Membros da Banca Examinadora

Nome	Instituição	Situação no Programa
Prof. Dr. Calixto Júnior de Souza	Instituto Federal Goiano - Campus Rio Verde	Presidente
Profª Mª. Jeanne Mesquita de Paula Leão	Instituto Federal Goiano - Campus Rio Verde	Membro titular

Profª Drª. Renata Silva Pamplona	Instituto Federal Goiano - Campus Rio Verde	Membro titular
Profª Drª. Luiza Ferreira Rezende de Medeiros	Instituto Federal Goiano - Campus Rio Verde	Suplente

Documento assinado eletronicamente por:

- Jeanne Mesquita de Paula Leao, PEDAGOGO-AREA, em 31/07/2021 09:53:48.
- Renata Silva Pamplona, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 13/04/2021 18:07:42.
- Calixto Junior de Souza, CHEFE - FG3 - SAPNE-RV, em 29/03/2021 13:12:05.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/03/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 253180  
Código de Autenticação: 74e1be497c



INSTITUTO FEDERAL GOIANO  
Campus Rio Verde  
Rodovia Sul Goiana, Km 01, Zona Rural, None, RIO VERDE / GO, CEP 75901-970  
(64) 3620-5600

# O APRENDIZADO EM TEMPOS DE PANDEMIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA, DESAFIOS E POSSIBILIDADES: UM ESTUDO DE CASO

Alenícia Ferreira da Silva Veloso<sup>1</sup>  
Calixto Júnior de Souza<sup>2</sup>

## Resumo

Pensando na inclusão escolar como uma possibilidade de prover a mediação da aprendizagem, é preciso pensar em práticas inclusivas que possam promover a plena inclusão na escola. Para tanto, este artigo almeja descrever e analisar como esse processo de mediação escolar, ou a falta dele, interferiu, diretamente, no aprendizado de uma aluna, principalmente, no período de pandemia, apresentando como foi seu desenvolvimento escolar. E apresenta um estudo de caso como ferramenta metodológica, sobre as práticas inclusivas desenvolvidas em uma escola pública de Santa Helena de Goiás. Os resultados sinalizam a fragilidade do desenvolvimento do ensino remoto inclusivo e o desafio das escolas em atingir sua clientela menos favorecida economicamente, onde muitos alunos não têm acesso a telefones celulares e internet. Procurou-se descrever os caminhos percorridos, para que a família e a escola pudessem auxiliar a aluna no processo de se reconhecer incluída e merecedora de um acompanhamento educacional específico, a fim de que suas potencialidades pudessem ser melhor desenvolvidas, e, assim, ser tratada como ser único que é.

**Palavras-chave:** Mediação da aprendizagem. Inclusão escolar. Acompanhamento escolar.

## Introdução

Desde o final de 2019, o mundo vem passando por uma pandemia e, de acordo com as orientações do Conselho Regional de Educação do estado de Goiás, desde então, passamos a desenvolver um ensino denominado REANP (Regime de Aulas Não Presenciais), que foi regulamentado pelas Resoluções CEE/CP N° 02/2020, de 17 de março de 2020, Resolução CEE/CP N° 05, de 01 de abril de 2020 e Resolução CEE/CP N. 15, de 10 de agosto de 2020. Tais decretos, obviamente, contemplavam a pasta da Educação em sua totalidade, mas, neste artigo, analisaremos os impactos dessa realidade ao âmbito da inclusão.

O estudo justifica-se pela importância de conhecer como tem se desenvolvido o ensino inclusivo no município de Santa Helena de Goiás, e apresentar um retrato de como ele se mantém em tempos de pandemia, bem como mostrar os processos metodológicos locais que objetivam estimular os alunos, especialmente os alunos da inclusão, a não abandonarem a escola, devido a não terem acesso às tecnologias digitais para realizar aulas *online*.

---

1 Graduada em Matemática (UEG). Graduada em Pedagogia (FAERPI). Especialista em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Faculdade Alfa América). Pós-graduada em Formação de Professores e Práticas Educativas (IF Goiano, Campus Rio Verde - GO). Professora da Rede Particular e Rede Pública do Município de Santa Helena de Goiás- GO. E-mail: [aleniciaferreira@outlook.com](mailto:aleniciaferreira@outlook.com)

2 Orientador, Doutor em Educação Especial (UFSCar). Professor do IF Goiano, Campus Rio Verde - GO. E-mail: [calixto.souza@ifgoiano.edu.br](mailto:calixto.souza@ifgoiano.edu.br).

A escolha da escola e da aluna aconteceram de forma natural. Professora há 22 anos exclusivamente de escolas particulares do município, recém aprovada em um concurso público, fui locada nessa escola para desenvolver um trabalho com uma turma do 4º ano. Realidade que me confirmou totalmente diferente da que eu tinha contato em todos os meus anos de docência e que foi confirmada em como uma cidade com uma média de 40.000 habitantes pode e apresenta realidades educacionais tão diferentes e em todos os sentidos.

No ano de 2020, estava concluindo um curso de AEE Atendimento Educacional Especializado e em preparação para a escrita desse trabalho como conclusão do curso de pós-graduação no IFG Instituto Federal Goiano. Estudar sobre inclusão é garantir e priorizar a identidade do ser humano, humanizar o ensino e proporcionar equidade em aprender, sendo assim me propus na realização desse estudo de caso. Procurei uma criança que não fosse minha aluna, para que pudesse ao mesmo tempo me afastar e me aproximar da história que deveria ser contada. Pretendia abordar o ensino da aluna através de todas as práticas inclusivas que aprendi e experimentei na minha carreira, mas a pandemia forçou uma mudança de objetivos para esse estudo.

No ano de 2020, a barreira imposta pelo ensino remoto devido à pandemia, deixou um déficit no aprendizado e acompanhamento de todos os alunos, principalmente os da rede pública e, conseqüentemente, os da inclusão. Ainda necessitamos do distanciamento social para diminuir os números da tragédia imposta pela COVID 19, mas se faz necessário refletir sobre a prática escolar, no acesso às tecnologias para a garantia dos estudos de nossas crianças. Reconhecer e refletir sobre essa realidade é importante, para que se possa mobilizar a comunidade e alcançar os governantes que têm o poder de estabelecer políticas educacionais que contemplem a educação inclusiva, de modo a garantir mais que os avanços estabelecidos pela declaração da Educação para Todos (UNESCO, 1990; 1994) e, principalmente, para amenizar retrocessos.

Para tanto, procuramos descrever e analisar como aconteceu a prática inclusiva nesse cenário, que se propôs a se adaptar à situação do aluno e desenvolver seus estudos dentro das suas possibilidades. Dessa forma, o presente artigo habilita-se a narrar a história de uma aluna do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola municipal da rede pública do estado de Goiás, problematizando, através de um recorte, uma situação que vem a se repetir e se demonstrar como uma fragilidade na manutenção do ensino inclusivo no período pandêmico.

O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucessivamente educar todas

as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva. (UNESCO, 1994, p. 4)

## Referencial teórico

Garcia (2013), sobre a inclusão, ressalta que, nos últimos dez anos, a política de educação especial do Brasil tomou forma por suas mudanças conceituais e estruturais. Parte desse movimento é sobre a adoção de uma perspectiva inclusiva. A Educação Nacional ganhou uma definição especial quando se voltou para as disciplinas e o público-alvo da política de educação especial.

As práticas inclusivas são aquelas que enxergam o aluno como um ser único, dotado de uma potencialidade individual, e, cabe aos profissionais de educação que convivem com o aluno, estimular, acompanhar, oferecer suporte através de atividades diferenciadas, que mobilizem, no aluno, o desejo em aprender, em se mover para criar significado no que aprende. Nesse sentido, o grande desafio da inclusão é

garantir os acessos aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos – inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais, particularmente, alunos que apresentem altas habilidades, precocidade, superdotação; condutas típicas de síndromes/ quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos; portadores de deficiências, ou seja, alunos que apresentem significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores genéticos, inatos ou ambientais, de caráter temporário ou permanente e que, em interação dinâmica com fatores sócio ambientais, resultam em necessidades muito diferenciadas da maioria das pessoas. (BRASIL, 2001, p. 21-22)

Garcia (2013) afirma que, em geral, a visão inclusiva não parece ajudar o processo escolar de alunos com deficiência, mesmo que a disseminação de ideias inclusivas seja favorável à existência desses alunos na escola, principalmente daqueles com altas performances e que, de acordo com a rotina escolar, são casos de sucesso.

Bruno (2013) declara que, na última década, debates sobre diferenças, diversidade cultural e inclusão de grupos socialmente marginalizados ocuparam espaço no discurso político e na pesquisa educacional. O tema aborda, de forma abrangente, a concepção de representantes sociais, políticas públicas e práticas sociais que possam promover a exclusão ou inclusão de pessoas com deficiência em nosso meio, ressaltando que, de acordo com as observações, as regulamentações legais apontam mecanismos para reduzir a exclusão, a desigualdade de oportunidades, ampliando o acesso e a permanência de crianças com deficiência nas escolas públicas

e privadas. Assim, valoriza-se a vida em comunidade e a oportunidade de as crianças serem conhecidas por perto e frequentarem a mesma escola com crianças da mesma idade.

Para Bruno (2013), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica adotaram o conceito de necessidades de educação especial, cujo objetivo não é focar a deficiência do aluno, mas atender as condições da escola, desenvolvendo estratégias de ensino, recursos e apoios especiais organizados para atender a necessidades dos alunos com deficiência. Acredita-se que essas estratégias e ações possam promover o aprendizado e, consequentemente, estratégias e ações permitam o acesso ao currículo como mediadora da aprendizagem.

Pletsch e Glat (2012) afirmam que, em suma, embora o desenvolvimento científico e as políticas públicas que seguem os princípios da educação inclusiva tenham se consolidado, as práticas pedagógicas e a cultura escolar, observadas no cotidiano das instituições públicas de ensino, não têm novo sentido. Essa situação prejudica o processo de ensino de alunos com necessidades especiais, principalmente, aqueles com deficiência cognitiva, como os portadores de deficiência intelectual.

A Constituição Federal, no Art. 205 afirma que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

De acordo com estas diretrizes se entende por inclusão:

[...] a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida. (BRASIL, 2001, p. 20)

Perante essa importante necessidade de garantir um ensino inclusivo, a escola disponibiliza de professores de apoio à inclusão, que buscam adequar as atividades às necessidades educativas de cada aluno. Construir práticas pedagógicas no período de pandemia e aulas *online* representou um desafio, pois,

a riqueza que se pretende na elaboração de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas para todos assenta-se em um conjunto complexo de processos de ação e reflexão que pressupõe efetuar uma mediação entre o passado e o futuro, aprendendo com e apreendendo da experiência, os erros e as melhorias alcançadas (DENARI, 2014, p. 50).

Denari (2014) salienta que, quando se trata de inclusão, o entendimento envolve determinar o tipo e o grau de suporte que os alunos precisam ter para progredir e cumprir, com sucesso, os requisitos da escola. Portanto, nesta perspectiva, é necessário utilizar uma forma mais eficaz, nesta forma interativa e contextual, que envolva o aluno no processo de aprendizagem. No entanto, o problema nos traz perguntas como: que ferramentas são essas? Para quem esses alunos são recomendados para avaliação e assistência de educação profissional para escolas normais? Que condições os tornam elegíveis? Quem os avalia? De que maneira? Qual é o resultado da avaliação do benefício?

Desse modo, percebemos que todo esse processo foi suprimido em vista da pandemia que se passa. A pandemia evidenciou a fragilidade acentuada em propor um atendimento educacional especializado. Para Hammel, Santos e Miyahara (2021),

ao pensarmos na aprendizagem significativa de alunos com deficiência intelectual, alegamos que estes, apesar das limitações e exclusões, possuem potencialidades, e estas podem ser maximizadas a fim de alcançar uma aprendizagem que promove o seu desenvolvimento e autonomia (HAMMEL; SANTOS; MIYAHARA, 2021, p. 14).

## **Metodologia**

Este artigo foi realizado por meio de um estudo de caso, realizado com uma aluna da inclusão, em uma escola pública no estado de Goiás. Foram feitas entrevistas com as professoras e com a aluna, consultamos os livros e artigos científicos na área da inclusão, com vistas a embasar, teoricamente, a nossa práxis.

Baseado em uma experiência real, esse estudo de caso busca levantar uma inquietação e questionamento social de como a educação inclusiva vem acontecendo no ensino remoto emergencial em tempos de aulas *online*, principalmente, quando se evidencia a exclusão tecnológica dentro de um grupo de alunos que não têm acesso à internet e nem aos meios de comunicação necessários para a continuidade das aulas em tempos de pandemia.

Quanto à natureza da pesquisa, trata-se de uma pesquisa qualitativa e, para justificar a escolha do objeto de pesquisa, de estudo de caso. Para coleta e análise de dados, utilizamos a técnica de entrevistas com professores e aluna.

A aluna que foi população-alvo deste estudo foi diagnosticada com o CID F700 (Retardo mental leve)<sup>3</sup> e CID F900 (Distúrbios da atividade e da atenção)<sup>4</sup> e está cursando o 5º ano do ensino fundamental.

Para Yin (2001), o estudo de caso é a estratégia adotada para se examinarem, principalmente, acontecimentos contemporâneos, mas quando não podem manipular comportamentos relevantes. Nesse sentido, a observação direta e a série sistêmica de entrevistas são técnicas adotadas. Conforme André (2013),

se o interesse é investigar fenômenos educacionais no contexto natural em que ocorrem, os estudos de caso podem ser instrumentos valiosos, pois o contato direto e prolongado do pesquisador com os eventos e situações investigadas possibilita descrever ações e comportamentos, captar significados, analisar interações, compreender e interpretar linguagens, estudar representações, sem desvinculá-los do contexto e das circunstâncias especiais em que se manifestam. (ANDRÉ 2013, p. 97)

“O estudo de caso é apenas uma das muitas maneiras de se fazer pesquisa em ciências sociais.” (Yin, 2001, p. 19). Segundo André (2013), o estudo de caso precisa ser uma atividade de pesquisa aberta e flexível por parte do pesquisador, que busca apoiar-se em um referencial teórico, mas sem se fixar rigidamente nele, pois a atenção é prioritária para novos aspectos relevantes que possam surgir no decorrer da pesquisa. Gil (2008) complementa, afirmando ser o estudo de caso, um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos. Tal estudo vem a permitir um conhecimento amplo e detalhado, se tornando, então, o diferencial de outros tipos de estudos.

## **Resultados e Discussão**

### **O Plano de intervenção pedagógica**

As primeiras palavras de (Mantoan, 2003), em seu livro “Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?”, nunca nos pareceram tão atuais dentro dos tempos que estamos passando, diante da necessidade do ensino remoto emergencial.

O mundo gira e, nestas voltas, vai mudando, e, nestas mutações, ora drásticas ora nem tanto, vamos também nos envolvendo e convivendo com o novo, mesmo que não nos

---

<sup>3</sup> A categoria F700 refere-se a retardo mental leve - menção de ausência de ou de comprometimento mínimo do comportamento e faz parte do grupo entre F70 e F79 e do Capítulo V do livro CID 10.

<sup>4</sup> O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é classificado no CID-10 como Transtornos do Comportamento e Transtornos Emocionais da Infância e Adolescência sendo sua sigla a F90. 0- Distúrbios da atividade e da atenção.

apercebamos disso. Há, contudo, os mais sensíveis, os que estão de prontidão, “pluggedos” nessas reviravoltas e que dão os primeiros gritos de alarme, quando anteveem o novo, a necessidade do novo, a emergência do novo, a urgência de adotá-lo, para não sucumbir à morte, à degradação do tempo, à decrepitude da vida (MANTOAN, 2003, p.11).

Durante as aulas do ensino remoto, adaptar-se ao contexto de pandemia foi e tem sido um grande desafio para educadores, estudantes e famílias, pois a realidade que tem sido apresentada na educação impõe mudanças aceleradas ao modo de ensinar convencionalmente reforçado nas escolas. Nesse estudo, o primeiro entrave foi em detectar que a aluna não possuía telefone, internet, meios iniciais, para que acontecessem as aulas *online*. A aluna, que foi diagnosticada com o CID F700 (Retardo mental leve) e CID F900 (Distúrbios da atividade e da atenção), foi assistida pelas professoras, regente da sala e de apoio, que relataram o desenvolvimento de atividades adaptadas a ela, nos meses de janeiro e fevereiro de 2020, contemplando o mais próximo possível dos conteúdos do 5º ano.

Segundo Hammel, Santos e Miyahara (2021), no modelo de educação especial para pessoas com deficiência intelectual, o maior desafio enfrentado pelos professores, que atuam nas escolas de educação básica, é proporcionar, aos alunos, uma preparação independente e uma interação social para o mundo do trabalho. Essa tarefa não precisa apenas atender ao conteúdo acadêmico do currículo formal, principalmente, para alunos com deficiência intelectual.

A família dessa aluna não é diferente da família brasileira, em que os pais precisam priorizar o trabalho, para, assim, prover o sustento familiar. A mãe enfrenta uma jornada de enfermeira na rede pública, e o pai se apresenta apático aos estudos da filha, que fica na casa da avó, para que a mãe possa trabalhar.

Nesse contexto, o que antes se resumia em levar e trazer a aluna para a escola, foi substituído por acompanhar e ensinar as atividades da escola, fazendo surgir, na aluna, um desestímulo em estudar. Esta aluna, por ser público da inclusão, necessita de uma maior atenção pedagógica, de modo a delinear estratégias que almejem o seu êxito no que refere à prática pedagógica do professorado.

Ficou evidente, nesse período de pandemia, a importância de criar prática inclusiva não apenas para os alunos com necessidades especiais, mas para todos aqueles que tinham a necessidade de estar inclusos na escola, mesmo diante das limitações de comunicação a longa distância.

No caso da referida aluna, que não tinha acesso à internet e nem telefone celular, a família se deslocava, quinzenalmente, até a escola, de modo a buscar as atividades xerocadas, as quais a professora de apoio, juntamente à professora regente da sala, planejava atividades

específicas para a aluna, buscando partir dos seus pontos de interesse e do fato de que ela lê e realiza as quatro operações. No entanto, percebemos que, com as atividades sendo oferecidas para a aluna, não fechava o ciclo pedagógico, pois ela não tinha acesso à explicação ou motivação pedagógica. A aluna não tinha contato com as professoras e ficava a cargo da família orientá-la na realização das tarefas. Tal realidade se faz presente em tempos de pandemia, em que o alunado, essencialmente com necessidade especial, se torna refém de um ensino que não contempla TODOS/AS e, além disso, não possibilita um itinerário educativo a ser alcançado com sucesso.

Por se tratar de uma escola pública com pouca quantidade de alunos, as observações e acompanhamento individual dos alunos acontecem com mais facilidade. A escola está sempre em contato com a família e busca parcerias, junto à secretaria de saúde e assistência social, para garantir acompanhamento médico, psicológico e ocupacional às crianças. A referida aluna faz apenas acompanhamento, semestralmente, com neurologista e toma medicação, através da Secretaria Municipal de Saúde.

Segundo Glat (2018), “atualmente, não se questiona mais o direito de pessoas com deficiências frequentarem escolas comuns e demais espaços sociais, além de participar da vida familiar e de sua comunidade.” Esse fato implica em grandes desafios sociais e educacionais, na desconstrução do estereótipo de que sejam pessoas incapazes ou dependentes. Esse é um processo permanente e contínuo que visa prevenir a exclusão e o *bullying*. Glat (2018) destaca a importância da formação profissional humanista e colaborativa, para que a educação inclusiva cumpra a sua proposição.

Percebeu-se que as principais práticas inclusivas, adotadas no ano de 2020, tanto na escola, quanto com a referida aluna, foram o acolhimento e favorecimento de que tivessem acesso às atividades escolares, mesmo diante de todas as dificuldades momentâneas que surgiram devido à pandemia. A escola, situada em bairro com comunidade pobre e com poucos recursos tecnológicos, procura voltar um olhar comprometido com a inclusão, com as famílias e no atendimento aos alunos, principalmente, para que se evite o desinteresse e a evasão escolar, desvelados por Mantoan, 2003,

a escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa autoestima resultante da exclusão escolar e da social — alunos que são vítimas de seus pais, de seus professores e, sobretudo, das condições de pobreza em que vivem, em todos os seus sentidos. Esses alunos são sobejamente conhecidos das escolas, pois repetem as suas séries várias vezes, são expulsos, evadem e ainda são rotulados como mal nascidos e com hábitos que fogem ao protótipo da educação formal. (MANTOAN, 2003.p.18)

## Entrevista com a aluna

A entrevistadora iniciou o processo, realizando uma ligação agendada com a mãe para a aluna, pelo aplicativo *WhatsApp*, o que resultou em falha na comunicação, devido à má conexão à internet. Logo após, então, foi feita uma ligação, por meios convencionais, e a conversa se iniciou. A pesquisadora começou se apresentando e perguntando para a aluna sobre a ciência desta em relação à entrevista, ao que a garota respondeu positivamente.

A entrevistadora, então, explicou como seria dada a entrevista e prosseguiu perguntando sobre as expectativas da aluna em relação ao próximo ano letivo (para ela, 6º ano). A aluna respondeu que sim e que estava mudando de escola, ao que a pesquisadora respondeu com um exemplo pessoal, atestando a qualidade de ensino da instituição. Deu-se, a partir daí, um momento de reflexão sobre como será o período de pós-pandemia de COVID-19 e, portanto, da quarentena, a qual o mundo se submeteu – e se submete – a fim de reduzir os danos feitos por essa, e pela falta das aulas presenciais, no começo do ano de 2020. A aluna disse que faria o possível para pensar e responder às perguntas.

A pesquisadora perguntou a idade da entrevistada, que respondeu ter 12 anos, informando também a data do seu aniversário. Ao ser questionada sobre gostar ou não de estudar, a aluna respondeu que “mais ou menos”, mas que “tem que estudar”. Ela contou que fazia as atividades com auxílio do irmão mais velho, que possui a idade de 25 anos. Ele ajudava sempre a noite, após o seu trabalho.

Ao lembrar o começo do ano (presencialmente), disse que gostava, especialmente, das aulas de Arte, por se tratar de uma área muito interessante para ela, uma vez que compartilha o gosto pelo desenho. Disse que sentia saudades de seus colegas de classe e que a convivência era sempre amigável, não havendo *bullying* em sala de aula ou fora dela. Lembrou-se, especialmente, de suas duas melhores amigas.

Depois, contou sobre suas professoras regente e de apoio e que, sempre que tinha dúvidas, perguntava, especialmente, para sua professora de apoio. Disse que suas atividades eram, em sua maioria, iguais às dos colegas, salvo algumas situações em que realizava tarefas diferentes das dos seus companheiros (notam-se atividades flexibilizadas).

Por meio desse comentário acima, faz-se necessário pensarmos em um modelo de ensino que possa superar o sistema tradicional, cuja estrutura se alicerça em um mecanismo repetitivo, passivo e acrítico de atrelar os processos de ensino-aprendizagem. Dessa forma,

superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com toda a urgência. Essa superação refere-se ao “que” ensinamos aos nossos alunos e ao “como” ensinamos, para que eles cresçam e se desenvolvam, sendo seres éticos, justos, pessoas que terão de reverter uma situação que não conseguimos resolver inteiramente: mudar o mundo e torná-lo mais humano. Recriar esse modelo tem a ver com o que entendemos como qualidade de ensino (MANTOAN, 2003, p.34).

A aluna afirmou que gosta de ler, mas nunca na frente dos colegas, apenas em sua carteira. Durante a pandemia, com as aulas a distância, afirmou tirar suas dúvidas, especialmente, com seu irmão mais velho, não solicitando ajuda extra da professora.

Importante ressaltar que, segundo Nozu (2014), o conceito de deficiência está intrinsecamente atrelado ao estabelecimento da não-deficiência, ou seja, os sujeitos com deficiência eram/são identificados pela sua limitação no que tange à pessoa sem deficiência, sejam elas: pela visão, pela audição, pelo intelecto, pela mobilidade etc. Dessa forma, “os sujeitos com deficiência, estigmatizados pelo déficit e pela incapacidade, são dispostos à margem da faixa arbitrária da normalidade (NOZU, 2014, p.44)

Ao final, a entrevistadora agradeceu a ajuda, desejou um feliz natal e perguntou se seria possível, em breve, que as duas fizessem outra ligação, ao que a entrevistada respondeu afirmativamente. A ligação durou 10 minutos e 14 segundos.

Ficou evidente o limitado acesso à internet por parte da família da aluna quando a ligação por *WhatsApp* foi frustrada. Apesar de demonstrar muita timidez, a aluna se apresentou motivada e interessada em conversar, apresentando certa apatia ao relatar como executa as atividades em casa “meu irmão me ajuda”.

Entendemos a importância de estimular as crianças e adolescentes para realização das atividades escolares e percebemos o empenho familiar. No entanto, concluímos que essa metodologia não foi eficaz para essa aluna, pois não conseguiu estimular seu interesse em estudar, ela demonstrou fazer as atividades por obrigação.

Ao refletirmos sobre o período pós-pandemia, percebeu-se uma criança cheia de esperança por dias melhores, em poder voltar ao convívio social e reencontrar os amigos da escola. Mesmo sabendo que no ano seguinte iria cursar sexto ano em outra escola.

Notoriamente percebemos a relação de amizade, confiança e referência da aluna com suas professoras, que com toda experiência de anos de magistério, conseguiam motivar um clima amistoso na sala de aula.

## **Entrevista com as professoras**

No desenvolvimento da pesquisa com as professoras foi aplicada uma entrevista e um questionário para a professora regente da sala e a professora de apoio da aluna.

Professoras experientes e competentes, mas como todos os seres humanos, perplexas diante das mudanças impostas pela pandemia. Com pouca ou nenhuma habilidade no uso de metodologias ativas e tecnologia em sala de aula, se sentem desmotivadas até em pesquisar e aprender, pois é nato do professor aprender e buscar aplicabilidade em sala de aula, mas a pandemia não permite esses avanços nessa escola, de bairro pobre do município, atendente de uma boa parte da clientela composta por alunos residentes na zona rural, conseqüentemente com baixo acesso as tecnologias.

“Quando o aluno estava na escola, podíamos fazer mais por ele”, relatou uma professora que sofre por não poder interagir com boa parte dos seus alunos, em especial da referida aluna do nosso estudo, pois a mesma sempre se mostrou interessada e disposta em aprender e superar suas limitações.

A professora lembrou que a aluna tem estudado na mesma instituição há anos e que, desde sempre, foi uma menina calada e retraída. Afirma, ainda, que esperava que, como os outros alunos, ela se desenvolvesse com o passar do tempo, mas não foi o caso, pelo menos não da mesma maneira que os outros. Conta: “ela veio estudar comigo no reforço 2017, e eu comecei a perceber que ela precisava de um acompanhamento”.

Na época, a professora de apoio conhecia a mãe da criança, uma vez que já havia lecionado para o irmão desta. Conta que, ao contatar a mãe, sentiu certa resistência, por parte desta, em procurar ajuda. Com o auxílio de um relatório redigido pela professora regente, e com a situação de reprovação da aluna no 4º ano e maiores insistências por parte da professora, a mãe levou a criança para o acompanhamento psicológico, em que ela obteve uma avaliação e diagnóstico. Contudo, o laudo saiu apenas no ano consecutivo e a garota repetiu o 4º ano.

Conta que “ela sempre demonstrou muito interesse [...], a letra dela é maravilhosa”, e que ela demonstrava bastante dificuldade em memorizar informações, mas se soltava, de forma descontraída, quando estavam apenas as duas; o que mudava em sala de aula, onde se retraía mais.

Continua dizendo “então a diferença foi muito grande daquela aluna sem o laudo com a aluna, de agora, com o laudo. Ela sempre foi uma menina muito esforçada, ela nunca teve preguiça: podia passar qualquer atividade, sabe, que ela fazia com muito carinho, muito

empenho. [...]. É uma aluna muito persistente, dá prazer de trabalhar com ela, porque ela não desiste, é muito persistente”.

A importância da observação e acompanhamento escolar na vida de um aluno ultrapassa o ensinar e aprender. A convivência e um olhar acolhedor e disposto a apresentar uma realidade que por várias vezes a família não enxerga, fazem o diferencial na vida de uma criança, que ao se perceber incluída e com especificidades na aprendizagem, deve ser acolhida e orientada por profissionais capacitados. Uma vez que se entende as razões de possíveis limitações, a escola avança no estímulo e acompanhamento para que cada aluno se supere, dentro de suas particularidades.

### Questionário aplicado às professoras

<b>Perguntas</b>	<b>Professora regente</b>	<b>Professora de apoio</b>
1- Qual série você trabalha?	5º ano do ensino fundamental.	5º ano do ensino fundamental Apoio no matutino e regente, no vespertino.
2- Há quanto tempo você leciona?	16 anos.	10 anos.
3- Qual é o seu maior desafio em trabalhar com a inclusão?	O maior desafio é transformar o ambiente e equiparar oportunidades para todos os alunos, garantindo atendimento educacional especializado com atividades variadas, considerando a dificuldade do aluno.	Fornecer condições e possibilidades para que aconteça o aprendizado mesmo havendo barreiras por parte de alguns alunos ou pelo seu comprometimento por conta de sua deficiência, considerando qualquer desenvolvimento como avanço.
4- Como é a rotina da aluna?	Ela está sempre em sala assistida pela professora de apoio, é medicada todos os dias na escola.	É bem tranquila, tem apenas dificuldade de aprendizado, aceita regras da sala, é medicada todos os dias na escola.

5- Quais são as facilidades de aprendizagem que a aluna demonstra?	Atividades simples como adição, subtração, desenhar, pintar e produzir pequenos textos.	Tem facilidade em produzir pequenos textos, desenhar e pintar.
6- Como você percebe a interação da aluna com os outros alunos?	É uma aluna muito tímida, quase não interage com os colegas, nem no recreio.	Se socializa bem com os colegas, porém é muito tímida, por causa disso evita aproximar-se dos demais, mantendo interação apenas com aqueles que a procuram para brincar, conversar ou estudar.
7- Quais são as dificuldades mais acentuadas da aluna?	Falta de atenção em realizar atividades como interpretação de textos, divisão, situações problemas, multiplicação, leitura de números.	Memorização, dispersão e falta de atenção, realizar operações matemáticas simples, compreender os conceitos matemáticos e leitura dos números.
8- Como é proposto o plano de ensino dessa aluna?	O plano de ensino é flexibilizado para atender as dificuldades com relação a aluna, com atividades de acordo com o seu desenvolvimento.	É proposto um plano no qual segue as orientações da série, porém com atividades flexibilizadas e de acordo com o desenvolvimento da aluna.

O questionário foi aplicado já no período de pandemia, em algumas questões foi pedido aos professores que fizessem memória da realidade da aluna em sala de aula.

Percebemos a clara preocupação da professora de apoio em possibilitar condições de aprendizado para a sua aluna.

### **Políticas públicas em tempos de pandemia**

Nenhuma área da sociedade estava preparada para enfrentar uma pandemia, muito menos as escolas. No caso dessa referida, a escola possui uma infraestrutura muito simples e precária,

simples instalações, apenas cinco salas de aula, pátio ao ar livre, banheiros que passaram por reforma no final de 2020, já em tempos de pandemia e poucos recursos tecnológicos onde a internet não comporta as necessidades que precisavam nem mesmo antes da pandemia.

Situada em bairro pobre da cidade, os alunos são na grande maioria, residentes do mesmo bairro ou da zona rural do município. Com isso, com a necessidade das aulas *on line*, a secretaria da educação optou para que os professores ministrassem aulas de suas casas e o aplicativo utilizado para tais foi o WhatsApp. No entanto, boa parte dos alunos não tinham acesso à internet e nem aparelhos celulares que possibilitassem a sua participação nas aulas. Ficou então acordado entre as famílias que a escola disponibilizaria atividades xerocopiadas para que os alunos fizessem em casa, dando sequência em seus estudos. Foi o que aconteceu com nossa aluna do estudo de caso.

Precisamos analisar a eficácia dessa metodologia e nos impactos de defasagem educacional que nossos alunos sofrerão. Apesar de continuar prestando apoio assistencial, quando distribuí cestas básicas às famílias e mantemos abertos os centros assistenciais médicos, psicológicos e de reabilitação física para os alunos, a escola, por falta de políticas públicas que estivessem preparadas para uma pandemia criou e vem criando lacunas nos estudantes.

Para os alunos com acesso à internet, as aulas *on line* acontecem com participação e estímulos do professor, pois a comunicação, mesmo que à distância vem acontecendo de forma exitosa, pois incentiva, acompanha e orienta os alunos no desenvolvimento da sua aprendizagem. O ensino remoto ainda está restrito ao aplicativo WhatsApp e o envio de vídeos explicativos e motivacionais que as professoras produzem em uma busca intensa de adaptação às metodologias ativas e ao manuseio de aplicativos de produção e edição de vídeo aulas.

A família tem sido um elo que difere as práticas educacionais experimentadas nessa escola e nesse município, quando o estudo se torna importante e prioridade para a família, ela consegue influenciar positivamente os filhos, dando a força que se faz necessária para a continuidade dos estudos.

O grande desafio é ensinar à distância!

É sobre essa situação que políticas públicas precisam ser criadas e implementadas, num país com tantas desigualdades acentuadas, o direito ao acesso a uma educação de qualidade deve ser garantido, principalmente enquanto perdura a pandemia.

## Considerações finais

Evidentemente, todas as áreas da sociedade ficaram bastante comprometidas, devido à pandemia do coronavírus, que se instalou, mas encontramos nas vacinas a esperança de retornarmos nossas atividades, de maneira mais próxima ao normal. Na educação, não foi diferente, muitos alunos, inclusive os das classes menos favorecidas de estudantes de escolas públicas, ficaram com seus estudos prejudicados. Assim, neste artigo, procurei apresentar um retrato da sociedade na esfera da inclusão, em que, por falta de recursos ou talvez investimentos, os alunos puderam contar, minimamente, com apoio da escola; não por falta de vontade ou esforços dos profissionais da educação, mas pela própria realidade, a eles, imposta.

Bendinelli, Prieto e Andrade (2012) destacam a importância de parcerias, no que se refere ao ato de educar:

defendemos que a educação, por si só, não supre (e nem lhe cabe) as diversas necessidades do público-alvo da educação especial que demanda intervenção de outras políticas públicas de cunho social, tais como: saúde, assistência social, qualificação profissional, entre outros. BENDINELLI, PRIETO e ANDRADE (2012, p. 16)

A palavra que ecoou nesse estudo foi a persistência e resistência. De uma família que compreende a função da escola e procura manter o vínculo com ela, mesmo em tempos tão difíceis e excludentes. De uma equipe pedagógica que ao reconhecer suas fragilidades, principalmente em relação ao acesso à tecnologia, realiza o possível para que a evasão escolar não aconteça, fornecendo atividades quinzenais xerocopiadas, adequando o ensino à aluna, procurando programar atividades voltadas ao seu interesse, que fugiam do conteúdo programático do 5º ano, mas que despertavam certos interesses por parte da aluna e promoviam uma rotina escolar dentro do ambiente familiar.

Enquanto a pandemia perdura, é necessário elaborar práticas de aproximação da escola aos alunos e o programa do governo municipal “É hora de aprender, se liga na TV!” já é uma realidade e se destina a reforçar os conteúdos escolares a todos os alunos da rede, principalmente aos que não têm acesso à internet e possuem dificuldades em aprendizagem. Serão aulas diárias que contemplam os conteúdos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I, aulas que serão transmitidas pelo canal 17, emissora de TV dessa região.

Sem dúvida, grandes passos para a inclusão escolar e integração dos alunos, numa tentativa de sanar as dificuldades educacionais impostas pela pandemia.

## Referências

ANDRÉ, Marli. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação?** Revista da FAEEB - Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p.95-103, jul./dez.2013.

BENDINELLI, R., PRIETO, R., & ANDRADE, S. **Inclusão escolar, redes de apoio e políticas sociais.** *Revista Educação Especial, Santa Maria*, v.25, n. 42, , jan/abr. 2012. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** 11. ed. Brasília, Câmara dos Deputados, 2015. 46 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação na educação especial na básica.** Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001. 79 p.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **A inclusão educacional de pessoas com deficiência: limites e desafios para a cultura escolar** - In: Aprendizagem, comportamento e emoções na infância e adolescência: uma visão transdisciplinar. Organização: Elisabete Castelon Konkiewitz. Editora UFGD, Dourados, 2013.

### **CID 10 F90.0 Distúrbios da atividade e da atenção – Doenças ...**

<https://www.medicinanet.com.br> > cid10 > f900\_disturbio..

### **CID 10 F700 - Pesquisa CID - Ninsaúde**

<https://cid.ninsaude.com> > retardo-mental-leve—mencao

**DECLARAÇÃO DE SALAMANCA.** Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca: Espanha, 1994. 17 p

DENARI, F. E. **De classes especiais e atendimento educacional especializado: a elegibilidade de alunos como foco.** Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v. 1, n.1, p. 45-52, Jun.-Dez. 2014.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Rev. Bras. Educ.** , Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, pág. 101-119, março de 2013.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social.** 6ª. Ed. São Paulo: Athas S.A, 2008.

GLAT, R. **Desconstruindo representações sociais: por uma cultura de colaboração para inclusão escolar.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.24, Edição Especial, p.9-20, 2018.

GOIÁS. CEE. **Resolução CEE/CP Nº 02/2020**, de 17 de março de 2020.

GOIÁS. CEE. **Resolução CEE/CP N° 05**, de 01 de abril de 2020.

GOIÁS. CEE. **Resolução CEE/CP N. 15**, de 10 de agosto de 2020.

HAMMEL, C., SANTOS, S., & MIYAHARA, R. Alunos com deficiência intelectual e aprendizagem significativa: uma sequência didática sobre o tema - coronavírus. **Revista Educação Especial**, 34, e1/1-17. 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar)

NOZU, W. C. S. **O poder da palavra: o discurso médico e o discurso social da deficiência e suas implicações para as políticas e práticas educacionais**. In: Washington Cesar Shoití Nozu; Marilda Moraes Garcia Bruno. (Org.). Educação Especial e Inclusão Escolar: tensões, desafios e perspectivas. 1ed. São Carlos: Pedro & João, 2014, v. 1, p. 41-59.

PLETSCH, M. D., & GLAT, R. (1). **A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado**. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 18, n. 35, p. 193-208, jan./abr. 2012.

UNESCO, Ministério da Educação de Jomtien. Declaração Mundial sobre Educação Para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien: UNESCO, 1990.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Ciência da Espanha. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área da necessidade educativas especiais**. Conferência Mundial sobre as necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. Espanha: UNESCO, 1994.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Estudo de caso planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.